

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Em 31 de dezembro (Em reais)			
	Nota	2017	2016
Receitas estatutárias			
Mensalidades escolares e taxas			
. Mensalidades recebidas de alunos	16	20.409.072,97	20.404.583,44
. Taxas e outras receitas educacionais		604.267,41	598.342,20
. Serviços de Consultoria		189.676,00	150.211,00
. Trabalho Voluntario	18	5.397,64	452.940,74
Deduções, bolsas e abatimentos sobre a receita	17	(6.002.974,12)	(4.901.257,48)
Receita operacional líquida		15.205.439,90	16.704.819,90
Custo dos serviços educacionais	19	(11.543.546,67)	(12.425.968,84)
Superávit bruto		3.661.893,23	4.278.851,06
Despesas (receitas) operacionais			
Administrativas e gerais	20	(2.632.349,65)	(2.124.747,32)
Trabalho Voluntario	18	(5.397,64)	(452.940,74)
Financeiras			
. Receitas		214.267,61	142.609,28
. Despesas		(1.022.363,05)	(934.374,35)
Outras receitas		100.185,46	215.426,11
Outras despesas		(50.252,99)	(6.143,95)
		(3.395.910,26)	(3.160.170,97)
Superávit do exercício		265.982,97	1.118.680,09
Demonstração do Superávit abrangente			
Superávit do exercício		265.982,97	1.118.680,09
Ajustes a incorporar		-	-
Superávit abrangente		265.982,97	1.118.680,09

As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em 31 de dezembro			
(Em reais)			
	2017	2016	
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Superávit do exercício	265.982,97	1.118.680,09	
Superávit do exercício	265.982,97	1.118.680,09	
Ajustes ao Superávit (Déficit)	467.545,75	309.043,04	
Depreciações e Amortizações	467.545,75	309.043,04	
Superávit ajustado	733.528,72	1.427.723,13	
Aumento/Redução do ativo			
. Créditos Operacionais	1.215.438,09	476.534,50	
. Baixa da prov. p/ créditos de liquidação	(497.769,66)	(166.889,80)	
. Adiantamentos a funcionários	165.626,76	(347.818,11)	
. Adiantamentos a terceiros	(25.785,35)	(15.255,22)	
. Almoxarifado	(2.240,79)	(3,32)	
. Despesas a apropriar	10.695,06	4.608,16	
. Depósitos recursais	(199.923,76)	(36.975,84)	
Aumento/Redução do passivo	(78.612,66)	(396.613,40)	
. Fornecedores	(25.512,43)	65.045,76	
. Empréstimos	(2.026,00)	(561.512,26)	
. Impostos e contribuições a recolher	11.641,92	(131.508,16)	
. Salários a pagar	(68.136,02)	(23.505,91)	
. Obrigações com terceiros	(3.623,56)	(13.527,60)	
. Outras Obrigações	14.703,57	(154.113,19)	
. Provisões trabalhistas	(120.427,39)	422.507,96	
. Contingências futuras	114.767,25	-	
Total variação do ativo e passivo	587.427,69	(482.413,03)	
Caixa líquido gerado pelas atividades	1.320.956,41	945.310,10	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:			
. Aquisição de bens imobilizados	467.745,40	(394.618,21)	
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(467.745,40)	394.618,21)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:			
Financiamentos	-	(59.458,40)	
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	(59.458,40)	
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	853.211,01	491.233,49	
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro	1.198.264,92	707.031,43	
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro	2.051.475,93	1.198.264,92	
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	853.211,01	491.233,49	

As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações contábeis

FUNDAÇÃO SÃO JOÃO BATISTA							
CNPJ (MF) 27.450.709/0001-45							
BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro (Em reais)							
ATIVO	Nota	2017	2016	PASSIVO	Nota	2017	2016
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.051.475,93	1.198.264,92	Passivo circulante			
Mensalidades a receber	5	1.160.586,74	1.878.255,17	Fornecedores	8	356.552,49	383.954,51
Adiantamento a empregados		257.662,47	423.289,23	Salários e encargos sociais	9	1.142.618,77	1.337.519,88
Adiantamentos a fornecedores		58.743,11	32.957,76	Empréstimos e financiamentos	10	-	2.026,00
Demais ativos		17.623,07	26.077,34	Impostos a pagar	11	142.054,29	126.335,69
		3.546.091,32	3.558.844,42	Antecipação de mensalidades	12	106.715,29	91.484,67
Ativo não circulante							
Depósitos judiciais	6	444.311,41	244.387,65				
Imobilizado tangível	7	3.151.136,48	3.150.936,83	Provisão para contingências	14	143.000,00	28.232,75
Imobilizado intangível	7	15.287,49	15.287,49			143.000,00	28.232,75
		3.610.735,38	3.410.611,97	Patrimônio social			
		7.156.826,70	6.969.456,39	Patrimônio social	13	4.908.530,63	3.662.333,88
				Reservas Estatutárias		357.355,23	330.756,93
				Superávit acumulado		-	1.006.812,08
						5.265.885,86	4.999.902,89
						7.156.826,70	6.969.456,39

As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO - Em 31 de dezembro						
(Em reais)						
	Patrimônio social					
	Dotação de conselheiros	Superávit Acumulado	Patrimônio social	Reserva estatutária	Superávit (déficit) do exercício	Total
Em 1º de janeiro de 2016	209.050,00	3.296.253,98	3.505.303,98	218.888,92	157.029,90	3.881.222,80
Apropriação para superávits acumulados	-	157.029,90	157.029,90	-	(157.029,90)	-
Superávit do exercício	-	-	-	-	1.118.680,09	1.118.680,09
Apropriação para reserva estatutária	-	-	-	111.868,01	(111.868,01)	-
Em 31 de dezembro de 2016	209.050,00	3.453.283,88	3.662.333,88	330.756,93	1.006.812,08	4.999.902,89
Apropriação para superávits acumulados	-	1.006.812,08	1.006.812,08	-	(1.006.812,08)	-
Superávit do exercício	-	-	-	-	265.982,97	265.982,97
Apropriação para reserva estatutária	-	-	-	26.598,30	(265.982,97)	-
Em 31 de dezembro de 2017	209.050,00	4.460.095,96	4.908.530,63	357.355,23	-	5.265.885,86

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016	
NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL	A entidade é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração por tempo indeterminado e, foi constituída em 27 de março de 1956, com sede própria na Rua Professor Berilo Basílio dos Santos, nº 180, Centro, na cidade de Aracruz, Espírito Santo.
	Seu objetivo social é a manutenção de serviços de educação, voltada para o ensino fundamental e médio, cursos profissionalizantes e de idiomas no Centro Educacional de Aracruz (CEA), cursos superiores em ciências contábeis, administração, pedagogia, arquitetura e urbanismo, engenharia mecânica, química, civil e de produção, direito e, ainda, cursos de pós-graduação lato e stricto sensu nas Faculdades Integradas de Aracruz (FAACZ).
	A entidade possui patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, sendo a sua utilidade pública, devidamente reconhecida pelos poderes públicos.
NOTA 2 – Base de preparação	
(a) Declaração de conformidade.	As demonstrações contábeis são apresentadas em observância às Práticas Contábeis adotadas no Brasil, baseadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em especial a NBC TG 1.000(R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aplicada em conjunto com a Interpretação Técnica Geral ITG 2002(R1) – Entidades sem fins lucrativos. As demonstrações contábeis foram aprovadas para apresentação em 02 de fevereiro de 2018.
(b) Base de mensuração:	As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.
(c) Estimativas contábeis:	Na elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade é necessário utilizar o melhor julgamento possível para determinar através de estimativas, critérios e valores para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da entidade incluem, portanto, estimativas referentes à vida útil do ativo imobilizado, provisões necessárias para a redução de ativos aos valores realizáveis, provisões necessárias para passivos, contingências e outras similares. A liquidação das transações e saldos apurados através do uso de estimativas poderá apresentar variações em relação aos valores originalmente considerados. Estimativas e premissas são revisadas periodicamente e eventuais efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no exercício em que a estimativa foi revisada ou exercícios futuros que venham a ser afetados.
(d) Continuidade operacional:	Os responsáveis pela governança corporativa da entidade avaliaram a adequação do uso da base de continuidade operacional, mediante a revisão da série histórica de geração de superávits, os indicadores operacionais relevantes, os desempenhos nas avaliações oficiais de cursos médios e superiores e os efeitos dos programas de financiamento governamental para cursos superiores, assim como o resultado das medidas de racionalização de custos e despesas que vem sendo empreendidas desde 2012 e os orçamentos financeiros para 2018 e anos subsequentes, tendo concluído pela inexistência de fatores que representem risco significativo quanto à continuidade operacional da entidade.
(e) Demonstrações contábeis comparativas:	Para assegurar a comparabilidade entre saldos e transações apresentados nas demonstrações contábeis de 2017 com aqueles apresentados no ano precedente, foi necessário proceder à reclassificação de valores e saldos, assim como agrupá-los de outra forma, de sorte a aprimorar a informação apresentada aos usuários das demonstrações contábeis. Tais reclassificações e reagrupamento de transações e saldos não implicaram na modificação do superávit apurado em 2017, razão pela qual as informações referentes a esse exercício, apresentadas para fins de comparabilidade, não são identificadas como “reapresentadas”.

NOTA 3 – Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo, tem sido aplicada de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis. **(a) Apuração do superávit (déficit):** O superávit (déficit) do exercício é apurado pelo regime de competência. As receitas de mensalidades são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios significativos inerentes ao serviço são transferidas para o adquirente. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa quanto à sua realização. **(b) Instrumentos financeiros:** A entidade adotou as disposições da Seção 11 da NBC TG 1000(R1) para fins de reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela entidade são: caixa e equivalentes de caixa, mensalidades e créditos a receber, contas a pagar a fornecedores, empréstimos bancários e salários e encargos sociais. Tais instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado considerando, quando aplicável, a taxa efetiva de juros. **(c) Ativos circulante e não circulante:** Um ativo é reconhecido quando se trata de recurso controlado pela entidade, decorrente de eventos passados e do qual se estima que resultem benefícios econômicos futuros. O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro, em espécie, mantido na entidade e saldos de contas bancárias de livre movimentação. As mensalidades a receber são apresentadas pelos seus valores já líquidos de perdas previstas em sua realização, fundamentadas na análise individual da situação de cada contrato, conjugada com a avaliação dos consultores jurídicos da entidade acerca da possibilidade de realização dos créditos, quando aplicável. Os depósitos judiciais representam recursos vinculados a ações em curso, podendo ter sido efetuados por determinação do respectivo juízo em garantia de futura execução e/ou como garantia para apresentação de recurso a instância superior. Tais valores encontram-se depositados em contas de poupança, porém o respectivo rendimento não é reconhecido contabilmente uma vez que no deslinde do feito o correspondente depósito pode ser consignado à parte adversa. O ativo imobilizado é apresentado ao custo de aquisição. A depreciação é apurada pelo método linear e leva em consideração as vidas úteis abaixo:

Vida estimada em anos:

Edificações	25
Móveis e utensílios, instalações, biblioteca e laboratórios	10
Veículos, computadores e periféricos e softwares	5

(d) Passivos circulante e não circulante: Um passivo é reconhecido quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída decorrente de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para a sua liquidação. As provisões são registradas tendo por base as melhores estimativas da administração e de seus assessores legais quanto aos riscos envolvidos. Os demais passivos são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **(e) Regime especial de tributação:** A Fundação, por tratar-se de instituição sem fins lucrativos, está isenta do recolhimento dos impostos e contribuições federais (Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), conforme disposto na Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, com exceção do PIS – Programa de Integração Social, calculado à alíquota de 1% sobre a folha de pagamento de salários. Também está isenta do recolhimento dos tributos municipais (ISS – Imposto sobre Serviços e IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana). **(f) Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a NBC TG 1.000(R1). **(g) Informações por segmento:** Não requerida a apresentação dessa informação, uma vez que a entidade se dedica somente a atividades educacionais.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Em Reais	
	2017	2016
Fundo fixo de caixa	176,80	174,29
Bancos conta movimento:		
. Caixa Econômica Federal	23.068,08	13.740,09
. Sicoob	50,36	-
. Banestes S.A.	2.028.180,69	1.184.377,54
	2.051.475,93	1.198.264,92

NOTA 5 – MENSALIDADES A RECEBER

	Em Reais	
	2017	2016
Mensalidades – Cursos de Graduação	562.284,33	693.793,17
Mensalidades – Cursos de Pós Graduação	3.300,00	52.520,00
Mensalidades – Ensino Profissionalizante	-	939,00
Mensalidades – Educação Básica	119.102,61	127.483,01
Notas Promissórias a Receber	-	-
Cheques e cartões de crédito a receber	64.639,35	70.564,06
Contratos em andamento – FIES e Outros	411.260,45	932.955,93
	1.160.586,74	1.878.255,17

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 contemplam perdas na realização de créditos de R\$ 1.958.184,74 (2016: R\$ 1.460.415,08), referente a mensalidades relacionadas a contratos de prestação de serviços educacionais em processo de cobrança administrativa, normalmente inscritos nos órgãos de cobrança e "negativação" de crédito. O reconhecimento das perdas potenciais não prejudica o encaminhamento desses créditos aos consultores jurídicos para que se proceda à correspondente cobrança.

NOTA 6 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Em Reais	
	2017	2016
. Processos	444.311,41	244.387,65
	444.311,41	244.387,64

O saldo refere-se, a depósitos recursais, sendo composto por um em favor da Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 207.411,81 para garantir a emissão de certidão positiva com efeito de negativa quanto a débitos do INSS, efetuado em 2013 e posteriormente complementado em 2014, além de um depósito de R\$ 10.291,07 realizado em 2017, referente a consignação em pagamento de imposto sindical. A fundação ainda cumpri regularmente depósitos mensais relativo a uma ação civil pública, esses valores são contabilizados desde de novembro de 2016, sendo seu valor apurado em 31/12/2017 em R\$ 223.608,53.

NOTA 7 – IMOBILIZADO

	Saldos líquidos (em Reais)	
	2017	2016
IMOBILIZADO TANGÍVEL		
Terrenos	176.135,01	176.135,01
Prédios e Edificações	1.364.244,84	1.479.757,56
Instalações	314.741,82	241.665,08
Móveis e Utensílios	185.902,37	199.490,63
Veículos	17.876,51	26.127,11
Biblioteca	338.139,09	270.725,01
Computadores e periféricos	117.492,59	130.061,10
Equipamentos de laboratório	366.110,79	382.269,84
Outros	270.493,46	244.705,49
	3.151.136,48	3.150.936,83
IMOBILIZADO INTANGÍVEL		
Softwares	-	-
Marcas, patentes e outros.	15.287,49	15.287,49
	15.287,49	15.287,49

A movimentação em 2017 do imobilizado tangível e da depreciação acumulada pode ser assim demonstrada:

IMOBILIZADO TANGÍVEL	SALDO EM			
	01/01/2017	ADIÇÕES	BAIXAS	31/12/2017
Terrenos	176.135,01	-	-	176.135,01
Prédios e Edificações	2.887.818,75	-	-	2.887.818,75
Instalações	454.027,91	126.143,37	-	580.171,28
Móveis e Utensílios	915.568,51	39.547,46	3.995,96	951.120,01
Veículos	41.253,21	-	-	41.253,21
Biblioteca	982.748,87	119.576,42	35,35	1.102.289,94
Computadores e periféricos	510.415,03	46.392,14	9.269,18	547.537,99
Equipamentos de laboratório	687.807,61	91.327,00	1.866,00	777.268,61
Outros	480.444,86	60.350,50	425,00	540.370,36
	7.136.219,76	483.336,89	15.591,49	7.603.965,16
DEPRECIACÃO ACUMULADA				
Prédios e Edificações	1.408.061,19	115.512,72	-	1.523.573,91
Instalações	212.362,83	53.916,18	849,55	265.429,46
Móveis e Utensílios	716.077,88	53.010,83	3.871,07	765.217,64
Veículos	15.126,10	8.250,60	-	23.376,70
Biblioteca	712.023,86	53.312,78	1.185,79	764.150,85
Computadores e periféricos	380.353,93	58.960,65	9.269,18	430.045,40
Equipamentos de laboratório	305.537,77	106.505,11	885,06	411.157,82
Outros	235.739,37	34.989,56	852,03	269.876,90
	3.985.282,93	484.458,43	16.912,68	4.452.828,68

A administração avaliou a vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado e concluiu pela sua adequação. Desde 2014 o valor recuperável de terrenos, edificações e instalações tem sido avaliado utilizando o critério de "mercado a mercado", que se apresenta mais adequado em relação às características inerentes da entidade. Para os demais ativos, a sua perspectiva de recuperação no contexto das operações sociais é assegurada pela série histórica de superávits apurados pela Fundação. O valor recuperável analisado não apresenta indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Administração avaliou e não identificou indicadores de *impairment*, não havendo, portanto, a necessidade de constituição de provisão.

NOTA 8 – FORNECEDORES

Refere-se as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes. A liquidação de tais obrigações está escalonada para o curto prazo.

NOTA 9 – SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Em Reais	
	2017	2017
Salários a pagar	384.151,55	452.192,24
INSS a pagar	46.108,97	59.621,25
FGTS a pagar	84.674,88	86.146,11
Previdência privada a pagar	35.116,69	38.758,02
Outras obrigações trabalhistas	52.409,69	40.217,88
Provisão de férias	495.556,87	611.652,20
Provisão de PIS sobre férias	4.955,57	-
Provisão de FGTS sobre férias	39.644,55	48.932,18
	1.142.618,77	1.337.519,88

NOTA 10 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTO

Representam recursos para capital de giro da entidade, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente. Possui característica de liquidação no curto prazo, para atender a compromissos operacionais, vencíveis em até 12 meses.

NOTA 11 – IMPOSTOS A PAGAR

	Em Reais	
	2017	2016
IRRF apurado na folha de pagamento de salários	129.825,31	116.271,25
PIS sobre folha de pagamento de salários	11.331,06	8.021,05
Outros (retenções sobre faturas de fornecedores)	897,92	2.043,39
	142.054,29	126.335,69

NOTA 12 – ANTECIPAÇÃO DE MENSALIDADES

Representam recebimentos antecipados de serviços a executar decorrem dos valores efetivamente recebidos a título de matrículas e rematrículas até 31 de dezembro, cuja obrigação de prestação de serviços se inicia no exercício seguinte.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO SOCIAL

Representado pela dotação inicial integralizada pelos instituidores da Fundação e pelos superávits acumulados desde a constituição da entidade. Integra ainda o patrimônio social a conta de Fundo de Reserva determinada pelo Estatuto Social, constituída pela apropriação de 10% do superávit apurado em cada exercício.

Nos termos da legislação tributária e previdenciária, os superávits devem ser aplicados integralmente na aquisição de bens do ativo imobilizado relacionados com suas operações sociais, sendo admitidas as aplicações financeiras desses recursos enquanto não realizadas essas aquisições. Os superávits da Entidade vêm sendo integralmente aplicados em conformidade com a legislação, conforme demonstrado em relação ao quadriênio 2014/2017:

RECURSOS APLICADOS NO IMOBILIZADO	Em Reais				
	2013	2014	2015	2017	Total
Prédios e Edificações	214.957,18	316.884,11	-	-	246.615,59
Instalações	30.349,05	142,00	30.807,89	-	62.578,74
Veículos	-	41.253,12	-	-	41.253,12
Móveis e Utensílios	11.586,85	724,00	112.450,00	39.547,46	69.622,31
Biblioteca	30.845,63	51.782,55	89.211,24	119.576,42	291.415,84
Equipamentos de informática	48.658,20	85.952,00	68.802,88	46.392,14	172.372,54
Outros Equipamentos, inclusive laboratório.	203.314,12	83.992,21	226.609,92	217.470,37	730.993,62
Softwares	-	-	-	-	-
	539.711,03	225.477,81	426.675,33	422.966,39	1.614.851,76
RECURSOS UTILIZADOS:					
Superávits apurados no quadriênio					2.588.463,43

NOTA 14 – CONTINGÊNCIAS

Em 2012, a condição de isenção das contribuições previdenciárias da Entidade foi suspensa em relação aos anos-calendário de 2008 e 2009, haja vista a não apresentação tempestiva do certificado de Filantropia, emitido pelo MEC. Como consequência, em ato contínuo, foram lavrados dois autos de infração, no montante de R\$ 6.050 mil (já computadas a multa e os juros), para evitar a prescrição da Contribuição Previdenciária supostamente não recolhida. Foi apresentada defesa administrativa que suspendeu a exigibilidade dessa cobrança, visto que a Fundação está discutindo, também administrativamente, o ato que pretende retirar a isenção de contribuição previdenciária (Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). Os consultores jurídicos estimam que sejam possíveis as chances de desfecho favorável dessa ação, haja vista que o argumento chave da suspensão da isenção é o cumprimento intempestivo de uma obrigação acessória sanada posteriormente.

A Fundação é parte integrante de processos cíveis e trabalhistas. Embora não seja possível determinar o desfecho dessas questões, a administração registrou provisões para contingências, relacionadas com probabilidade de desfecho desfavorável indicado por seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 143.000,00 em 31/12/2017.

As provisões constituídas quanto a tributos e contribuições previdenciárias e trabalhistas, assim como os livros e registros contábeis e auxiliares da entidade, estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais, por prazos prescricionais variados.

NOTA 15 – RECONHECIMENTO OFICIAL DE ENTIDADE BENEFICENTE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A última Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS deferida pelo Ministério da Educação em favor da Fundação refere-se ao período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2012. Em 17 de maio de 2012 a Fundação protocolou processo instruindo o pedido de renovação do deferimento do CEBAS relativamente ao período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015 – o qual foi avaliado e declarado INDEFERIDO conforme PORTARIA Nº 1.033, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017. Tendo em vista que o único motivo para o indeferimento se referia apenas ao não atingimento do percentual mínimo de gratuidade, foi concedido a Fundação propor um termo de ajuste de gratuidade – TAG, conforme disposto no art. 17 da lei 12.101/2009 e na instrução normativa MEC nº 02 de 25 de outubro de 2013. A TAG foi proposta em protocolada sob o número 2903027 em 20 de outubro de 2017, está demanda encontra-se sobre análise do MEC.

Seguindo a legislação, ainda se encontra sobre análise o processo protocolado, em 1º de julho de 2015 pedindo renovação e deferimento do CEBAS relativo ao período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018. No presente momento não é possível antecipar a conclusão da análise a que estão sendo submetidos os processos de renovação do CEBAS e da TAG, e a administração da entidade, baseada em sua experiência prévia e no aconselhamento de seus consultores legais entende não ser necessária a constituição de qualquer provisão para riscos relacionados com esta certificação.

NOTA 16 – RECEITAS DE MENSALIDADES

	Em Reais	
	2017	2016
Cursos de graduação	16.726.072,97	17.202.776,52
Cursos de pós-graduação	390.987,79	392.627,22
Ensino médio	707.886,21	621.307,93
Ensino fundamental	2.584.126,00	2.180.207,77
Curso de Capacitação	60.126,00	7.633,00
	20.469.198,97	20.404.583,44

NOTA 17 – DEDUÇÕES, BOLSAS E ABATIMENTOS

	Em Reais	
	2017	2016
Bolsas Integrais PROUNI	2.183.353,21	2.400.354,35
Programa Nossa Bolsa	731.230,26	975.311,03
Bolsas Educacionais - Terceiros	1.131.859,75	1.057.031,34
Bolsas Educacionais - Funcionários	371.949,30	366.736,43
Bolsa Apostila	44.321,57	-
Desc. Concedidos S/Mensalidades	1.540.260,03	101.824,33
	6.002.974,12	4.901.257,48

Representam os montantes dos abatimentos e bolsas concedidas, nos termos da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 e alterações subsequentes, para assegurar à Instituição o direito à isenção de contribuições para a seguridade social, que é concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social, que atuam nas áreas de assistência social, saúde ou educação, nos termos da citada Lei.

NOTA 18 – TRABALHO VOLUNTÁRIO

Os itens 19 e 24 da ITG 2002(R1), determinam que o trabalho voluntário prestado à entidade, inclusive pelos membros que integram voluntariamente os órgãos da administração, no exercício das funções de gestão da Fundação, devem ser reconhecidos pelo valor justo da prestação do serviço, como se houvesse ocorrido o desembolso financeiro:

Durante o exercício de 2016 a administração, tomando por referência a política de gestão de cargos e salários estimou a receita e a despesa do trabalho voluntário do Conselho Diretor com o salário integral, não valorando por horas de serviço prestado.

Já em 2017 foi reconhecido a forma adequada de demonstração, sendo apurado com base na política de gestão de cargos e salários o valor justo da hora para cada membro do Conselho Curador, que é composto por 4 (quatro) conselheiros. Dessa forma foram realizadas 2 (duas) Assembleias gerais e 13 reuniões gerenciais o que totalizou 34 horas anuais, resultando no valor apurado e demonstrado abaixo.

SERVIÇO PRESTADO	HORA DISPENDIDA	VALOR JUSTO	
		DA HORA	TOTAL
Presidente - Conselho Diretor	34,00	68,40	2.325,64
Vice Presidente - Conselho Diretor	34,00	45,07	1.532,31
Tesoureira - Conselho Diretor	34,00	26,12	887,96
Secretária Geral - Conselho Diretor	34,00	19,17	651,74
			5.397,64

	Em Reais	
	2017	2016
Trabalho Voluntário	5.397,64	452.940,74

NOTA 19 – CUSTO DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS

	Em Reais	
	2017	2016
Salários e encargos sociais	9.468.643,47	10.373.367,21
Serviços de terceiros e utilidades	994.109,84	1.070.955,92
Despesas gerais	366.640,52	226.007,86
Materiais e bens de pequeno valor	437.194,98	429.254,01
Depreciação e amortização	276.957,86	326.383,84
	11.543.546,67	12.425.968,84

NOTA 20 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Em Reais	
	2017	2016
Salários e encargos sociais	1.385.850,20	1.334.449,06
Serviços de terceiros e utilidades	438.984,36	353.762,92
Despesas gerais	74.424,43	41.099,36
Materiais e bens de pequeno valor	76.999,51	69.801,89
Provisão para perdas com créditos incobráveis	497.769,66	166.889,80
Depreciação e amortização	158.321,49	158.744,29
	2.632.349,65	2.124.747,32

NOTA 21 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A entidade possui Plano de Previdência Privada determinado por Convenção Coletiva de Trabalho, extensível a todos os seus empregados. O respectivo ônus corresponde a 5% (cinco por cento) do salário base individual de cada beneficiário. O correspondente depósito é efetuado em conta nominal junto à Unimed Seguros. A Fundação não possui ingerência, direitos ou obrigações relacionadas com a administração desse plano de benefícios. Foram incorridos a esse título, em 2017, R\$ 347.986,26 (R\$ 339.117,66), integralmente apropriados como custos ou despesas, dependendo do cargo ou função do empregado.

NOTA 22 – DESPESAS FINANCEIRAS

	Em Reais	
	2017	2016
Despesas FGEDUC	124.034,38	125.566,77
Descontos concedidos	723.573,77	619.675,49
Despesas de juros e encargos financeiros	80.842,54	71.848,30
Comissões sobre operações financeiras	36.695,65	42.755,11
Despesas bancárias e outras	57.216,71	74.528,68
	1.022.363,05	934.374,35

NOTA 23 – RENÚNCIA FISCAL

A Fundação, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade quanto ao pagamento dos impostos federais, estaduais e municipais incidentes sobre seu patrimônio, renda ou serviços, nos termos do Art. 150 da Constituição Federal, Art. 9º do Código Tributário Nacional e Arts. 167 a 170 do Decreto no 3.000/1999 – Regulamento do Imposto de Renda. A isenção aqui referida também alcança a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e da contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social de que tratam os Arts. 22 e 23 da Lei no 8.212/1991. Em relação ao PIS, a Fundação está sujeita ao seu pagamento sobre a folha de salários. Atendendo a disposição do item 27 (c) da ITG 2002(R1), são divulgados abaixo a relação dos tributos que foram objeto de renúncia fiscal:

(a) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS:

	Em Reais	
	2017	2016
Contribuição Social - Autônomos	32.711,01	29.562,28
Contribuição Social - SAT	39.860,38	41.636,88
Contribuição Social - Terceiros	358.743,45	374.731,91
Contribuição Social - Cota Patronal	1.594.415,32	1.665.475,15
	2.025.730,16	2.111.406,22

(b) Demais tributos:

	Em Reais	
	2017	2016
Imposto Sobre Serviços - ISS	989.187,21	1.043.525,22
Programa de Integração Social - PIS	128.594,36	135.658,28
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	593.512,42	626.115,13
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.951.689,45	1.876.077,49
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	689.648,20	666.425,84
	4.352.631,64	4.270.484,47

NOTA 24 – POLÍTICA DE SEGUROS

A Entidade mantém estratégia de seguros compatível com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza das atividades, os riscos envolvidos nas operações e a orientação dos corretores. Em 31 de dezembro de 2017 eram as apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramo	Cobertura	Vigência	Seguradora
Prédio e instalações			
Danos Materiais	R\$ 15.000 milhões	29/04/2018	Mitsui Sumitomo Seguros
RC - terceiros	R\$ 200 mil		
Veículos			
Casco	100% FIPE	09/03/2018	HDI Seguros
RC-Terceiros	R\$ 100 mil		

A administração da Entidade entende que as coberturas são suficientes para fazer face a eventuais sinistros e evitar perdas com ativos.


 FUNDAÇÃO SÃO JOÃO BATISTA
 CEL. MARIA GUISSO CABRAL
 CPF: 364.193.117-72
 PRESIDENTE


 CONTAAL CONTAB E ASSESSORIA ARACRUZ LTDA
 Contador(a): MARIA DA PENHA MERLO
 CPF: 148.476.047-68
 CRC: 2103

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

02 de Fevereiro de 2018.

Aos Administradores
FUNDAÇÃO SÃO JOÃO BATISTA
 Aracruz/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO SÃO JOÃO BATISTA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO SÃO JOÃO BATISTA em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à FUNDAÇÃO, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Regularidade do Certificado de Filantropia

O Ministério da Educação concedeu à fundação o direito de propor um Termo de Ajuste de Gratuidade (TAG). O referido documento foi protocolado em 20 de outubro de 2017 e encontra-se sobre análise junto ao órgão, conforme descrito na Nota Explicativa 15 às demonstrações contábeis. A manutenção da filantropia está condicionada à aprovação desse processo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros Assuntos**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2017, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação de opinião, com data de 16 de fevereiro de 2017.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da FUNDAÇÃO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da FUNDAÇÃO.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da FUNDAÇÃO. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a FUNDAÇÃO a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

JOAO ALFREDO DE SOUZA
 RAMOS:24356557700

Assinado de forma digital por JOAO ALFREDO DE SOUZA RAMOS:24356557700
 Dados: 2018.02.22 17:11:09 -03'00'

SR AUDITORES E CONSULTORES S/S
 CRC-ES 1935 | CVM 8869 | CNAI 178
 João Alfredo de Souza Ramos
 CRC-ES 2289

EDIMARCOS
 LUCHI:07317024767

Assinado de forma digital por EDIMARCOS LUCHI:07317024767
 Dados: 2018.02.22 17:11:47 -03'00'

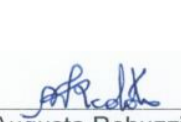
EDIMARCOS LUCHI
 CRC-ES 11608
 Auditor Assistente

PARECER DO CONSELHO CURADOR

Tendo procedido aos Exames do Balanço Patrimonial, das contas de Receitas e Despesas e de toda documentação referente ao Exercício de 2017, recomendamos a sua aprovação na íntegra.


 Adevanil Claudio Félix


 José Fernando Da Rós


 Maria Augusta Rebuszi Zucolloto

Ata da Assembleia Geral: 28/02/2018.